

# MANUAL DO INGRESSANTE

# DIREITO UNESP 2016



**CENTRO ACADÊMICO DE DIREITO (CADIR)** O Centro Acadêmico é um órgão eleito pelos alunos do curso, que tem por fim não somente a representação dos interesses dos alunos, mas também tem importante papel de propor discussões e debates que ajudam a construir e desconstruir assuntos inseridos na vida universitária e fora dela também. Nós, da atual gestão do Centro Acadêmico de Direito, deparamo-nos com um curso ainda muito conservador, segregador, elitista, academicista e positivista dentro de nossa faculdade. Durante a convivência no curso, aprendemos que o direito pode e deve ser muito mais do que está posto nos manuais que veremos pela frente. Vemos o direito como um instrumento de emancipação, e por isso tomamos uma postura proativa diante das opressões sofridas dentro do campus. Nós, Marias, somos 11 mulheres que temos como norte de nossa gestão uma mudança e melhoria na nossa grade curricular, o que inclui a luta pela reforma do PPP (Projeto Político Pedagógico) do nosso curso, além de constantes questionamentos e debates acerca do caráter positivista e neoliberal colocados em nossa graduação, e a carência de diálogos sobre um direito alternativo e inclusivo.

Integrantes e Coordenadorias: **Geral:** Ana Paula De Mari (Astronauta), Débora Filadélfo (Grupo); **Comunicação de Imprensa:** Júlia Veiga Camacho (Slow), Mariana Figueiredo (Material); **Administrativo e Financeiro:** Gabriela Fontenelle (Gabi); **Pesquisa e Extensão:** Karla Gabriella (Karlilha); **Política Interna:** Isabelle Franco (Belle); **Política Externa:** Cibele Lasinskas (Love), Stephanie Bortolaso (Ligeira); **Cultura e Eventos:** Beatriz Carvalho (Mancada), Beatriz Palma (Kel). Somos todas da XXXII de Direito.

**JÚRI SIMULADO** Dentre as muitas características especiais do Direito UNESP, possuímos estabelecimentos que visam engrandecer a formação do estudante, como a sala do Júri Simulado. Esta é majoritariamente utilizada por estudantes do 4º ano em simulações de um tribunal judiciário, a qual se enquadra como parte da matéria dada em sala de aula. Geralmente, os alunos do 1º ano são convidados a assistir. O objetivo é introduzir o aluno ao ambiente jurídico na prática, além de exercitar o raciocínio rápido e apurar o senso crítico dos participantes. *Prof.ª Dr.ª Maria Amália Alvarenga*

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ)** Ainda no âmbito dos espaços dedicados especialmente ao curso de Direito, a UNESP Franca dispõe, também, do NPJ. Ele é ligado diretamente à Seção Técnica de Graduação no que tange as questões administrativas, e subordinado ao Conselho de Curso de Graduação em Direito nas questões didático-pedagógicas. O Núcleo de Prática Jurídica tem a finalidade de promover e coordenar a realização do Estágio Supervisionado dos acadêmicos do Curso de Direito, sendo que Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo ser realizado a partir do 2º ano do Curso de Graduação em Direito. Por último, ressalta-se que o NPJ recebe não só os trabalhos relacionados ao Estágio curricular obrigatório, mas também as Atividades Complementares obrigatórias dos alunos do Curso de Graduação em Direito da UNESP (alunos do 1º ao 3º anos de Curso). *Prof.ª Dr.ª Maria Amália Alvarenga*

**CENTRO JURÍDICO SOCIAL (CJS)** O Centro Jurídico Social (CJS) realiza atendimento multidisciplinar (direito, serviço social e psicologia) de demandas da assistência judicial (população economicamente hipossuficiente). O estágio proporciona contato direto com as pessoas assistidas, além de contar com diversos projetos de extensão, que abordam temas como bullying escolar, violência doméstica, orientação sócio jurídica itinerante, mediação de conflitos, dentre muitos outros. Ser um estagiário do CJS proporciona conhecimentos sobre direito previdenciário, direito civil (especialmente família) e sobre alteridade - ensinando que um bom profissional é sensível às demandas sociais e comprometido com a justiça, independente de gênero, raça e classe social. *Victor Siqueira Serra, mestrando em Direito pela Unesp*

**NÃO ESTAMOS SOZINHOS NO COSMO DO DIREITO** Apesar de parecer que nossa representação discente acaba aqui dentro do campus, ela vai muito além. É só pensar no curso de direito como um município e aí já percebemos que há outras instâncias que se complementam, como a estadual e federal. Para entender e compor esses espaços, é importante debater a importância dessas instâncias como instrumentos de luta.

Como por exemplo, a FENED (Federação Nacional de Estudantes de Direito), ou seja, nossa instância de representação federal, que é encabeçada pela CONED (Coordenação Nacional dos Estudantes de Direito) que é formada por representantes eleitos dos centros e diretórios acadêmicos filiados à FENED.

Mas pera aí, que negócio confuso, explica direito. Vamos por partes, os CA's escolhem se filiar ou não à FENED. O nosso CA é filiado? Sim! Como que se filia? É só participar das instâncias promovidas pela FENED (que vamos discutir já) e pagar a taxa semestral, a partir daí podemos e devemos compor os espaços fora do campus, e podemos também na figura do nosso CA compor a CONED. Entendido?

Agora então, podemos passar para os espaços promovidos pela FENED. O principal é o ENED (Encontro Nacional dos Estudantes de Direito). Como o próprio nome já diz, é um encontro de estudantes de direito do Brasil, isto é, não precisa ser CA para ir, compor, votar, e ser feliz. Nesse espaço, são elaborados painéis ou palestras que giram entorno de um tema principal, em 2015, por exemplo, o tema foi ensino jurídico emancipatório. E, além disso, existem os setoriais de mulheres, de negras (os) e LGBT que discutem temas próprios que englobam também o tema maior do Encontro.

Mas nem só de palestras vive o ENED. É nele que elegemos a próxima gestão da CONED e também a próxima Sede do ENED; no Encontro de 2015, Salvador-BA, foi eleita como a Sede de 2016, bora? Além de todo o espaço de discussão política de extrema e principal importância, temos as famosas festas do ENED. E agora? Bora?

Como eu disse mais ali em cima, é necessário que a Sede e a CONED trabalhem juntas para o ENED acontecer. Mas não só isso, existem reuniões que discutem a organização e estruturação dos Encontros, que são conhecidas como CONERED (Conselho Nacional das Entidades Representativas de Estudantes de Direito). E há também o CFP (Curso de Formação Política), que ocorre durante o ano para debate de ideias relacionadas à FENED. Por fim, há o SDH (Seminário de Direitos Humanos), outro evento da FENED que reúne representantes do curso de direito para debater e fomentar os Direitos Humanos.

Sei que é muita informação de uma vez, mas quem se interessar e quiser saber mais, procura a FENED no facebook, manda um inbox pro CADir e fica ligado na programação do ENED desse ano. E aquela dica básica: bora pro ENED? *Kalinka Favorin (Rossi) – Turma XXXI de Direito*

## AS VISÕES SOBRE O DIREITO

Acredito que seja normal entrar em um curso de Direito com anseio de justiça e mudanças, com a expectativa de que o curso forneça uma ferramenta de transformação social. Como uma aluna de direito do primeiro ano, não fugi desse padrão, entretanto, a realidade das aulas logo desmistifica toda essa utopia construída.

Percebem-se muitas aulas esvaziadas de teor político e discussões críticas e uma tendência, cada vez maior, da preponderância de uma corrente ideológica positivista do direito, na qual o direito é restringido à norma e destituído de seu caráter social. Não consigo me esquecer de uma aula de sociologia jurídica em que debatíamos o caso do “Massacre de Pinheirinhos”, e nesse momento me surgiu um questionamento: Seria o direito utilizado como instrumento para formalizar interesses de classe, uma vez que este marginalizava uma população em função do interesse de uma empresa?

No entanto, após um tempo, eu li um cartaz na sala de aula escrito: DIREITO PRA QUE(M)? Naquele momento toda minha angústia com o curso estava materializada em uma única frase. Então resolvi procurar o grupo autor da obra, uma extensão popular chamada NEDA, que me apresentou uma abordagem alternativa de Direito, diferente daquela retratada na sala de aula, um direito para todos. Foi nesse momento também que eu tive o contato com as extensões universitárias, com esse pé fundamental da universidade que visa levá-la para fora dos seus enclaves fortificados.

Hoje, vejo que a vivência do curso e da universidade é fruto de espaços múltiplos, e não somente da sala de aula, embora as aulas sejam fundamentais para nossa bagagem teórica, sinto que nosso crescimento se dá em todos os espaços da universidade, seja na nossa república aprendendo a viver em coletivo, como também em extensões, assembleias de campus e palestras. *Beatriz Palma (Kel) – Turma XXXII de Direito*

### O Direito achado na luta

Me lembro como se fosse ontem da minha primeira aula na UNESP. Era uma segunda-feira qualquer em 2011. Eu estava ansioso pra aula de Direito Civil. Na minha cabeça eu pensei que o curso de Direito debateria a sociedade, política e as razões de ser das Leis. Quem diria, eu estava completamente errado. Hoje, na UNESP, bem como em todas as Faculdades de Direito do Brasil, o debate político dentro do curso de Direito é extremamente marginalizado. Raras as aulas que propõem uma discussão sobre o porquê, para que e para quem um determinado diploma legal serve. No fim das contas o direito positivo, isto é, o direito posto, o direito da letra fria da norma dos códigos, é o grande preponderante na ideologia e metodologia jurídico-educativa. Isso é bastante

frustrante. Afinal, a Ciência Jurídica é extremamente política. Quando não se debate questões sociais, importante aos movimentos sociais, à classe trabalhadora, aos oprimidos socialmente, o Direito também faz política. Mas, à direita. A favor do status quo. Por isso, é importante destacar uma discussão imprescindível: é necessário refletir, dialogar e aprender sobre o Direito achado na rua, o Direito Alternativo. É preciso que a Ciência Jurídica seja mais acessível e a favor do povo, para o povo. É fundamental que dentro da sala de aula os docentes realizem um recorte de raça, gênero e classe em sua análise jurídico-normativa. É essencial que se faça um estudo da Lei com uma perspectiva nos Direitos Humanos. Aproveite esse texto para chamar todos os discentes para uma oportunidade enorme que temos em nossas mãos para mudar o curso. Durante o ano de 2016 serão realizadas reuniões sobre o debate do PPP (Plano Político Pedagógico). Este último é o documento que norteia e dá as bases principiológicas do curso de Direito da UNESP. Vamos todos participar das reuniões e discussões para formularmos um curso de Direito do jeito que queremos! Vamos juntos! *João Vítor Dantas*  
– *Turma XXVIII de Direito*